

UM MODO DE TRADUZIR BRASILEIRO?

Lia Wyler
USP

Existe um modo de traduzir nacional imune à passagem do tempo, vários modos de traduzir nacionais, nenhum modo de traduzir nacional ou um modo - seja ele singular ou múltiplo - para cada época histórica, de acordo com as condições políticas, econômicas e sociais vigentes em um país?

A hipótese que gostaria de propor, pela primeira vez, e, portanto, de forma muito incipiente, é que a cada época coexistiriam em um país consumidor de traduções vários modos individuais de traduzir que, por seus pontos comuns, poderiam formar o que chamaríamos de “modo de traduzir nacional de uma época”.

Esta hipótese foi motivada pela afirmação de Lawrence Venuti, em *Translator's Invisibility*, que durante duzentos anos teria prevalecido na Inglaterra um cânone de fluência, refletindo a necessidade de reforçar os valores nacionais, de distinguir o que era inglês do que era estrangeiro, face à expansão do império britânico e ao conseqüente influxo de valores alienígenas.

O cânone da fluência usado pelos ingleses apoia-se na fidelidade à cultura de chegada, promovendo o expurgo dos estrangeirismos do texto traduzido de modo a torná-lo fluente para o leitor, em termos de forma e conteúdo. O cânone oposto apoia-se na fidelidade à cultura de partida, preservando no todo ou em parte sua estranheza para fecundar ou se sobrepor à/às cultura/s de chegada, o que, por sua vez, depende das relações entre as culturas envolvidas e da percentagem de obras traduzidas de uma mesma procedência¹. A

história da tradução na Europa nos fornece exemplos clássicos da adoção de um e de outro cânone durante a formação e consolidação de identidades nacionais na França e na Alemanha².

Com o objetivo de verificar que opções o tradutor brasileiro teria feito durante períodos manifestamente nacionalistas, selecionei dois momentos de nossa história, separados por menos de um século, que vão de 1843 a 1871 e de 1930 a 1947. Em ambos a tradução desempenhou papel relevante na formação de uma identidade divergente da portuguesa proposta pela colonização. De cada um deles conhece-se pelo menos uma importante fonte de crítica de traduções: Machado de Assis, autor teatral e parecerista do Conservatório Dramático Brasileiro, e Agenor Soares de Moura, tradutor e autor de uma coluna de crítica de traduções publicada no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro.

Ao tempo em que os pareceres de Machado de Assis foram escritos (de 1843 a 1871) fazia apenas 24 anos que o Brasil se tornara independente e 23 anos que os constituintes da primeira assembléia brasileira tinham escolhido o português como língua nacional. Até então predominara em nosso território o tupi-guarani ou nheengatu, falado pelo povo, o francês, pela aristocracia, e o latim e o português usados pela burocracia colonial, respectivamente para escrever e falar. Daí o empenho de Machado de Assis em bem utilizar o teatro para fixar as estruturas de uma língua e de uma cultura a que pudéssemos chamar nacionais, ainda que caudatárias de línguas e culturas européias³.

Argumenta ele em “Instinto de Nacionalidade:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes (...) Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. (...) mas não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma.

Mais adiante ele afirma, ainda, que a tarefa do crítico seria corrigir ou animar a invenção, investigar os pontos de doutrina e de história, estudar as belezas, apontar os senões, apurar e educar o gosto dos escritores para que a literatura saísse mais forte e viçosa. Caberia igualmente ao crítico apontar os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se juntava o da excessiva influência da língua francesa.

A preocupação de Machado de Assis com os rumos da língua e da literatura brasileiras e com o poder educativo da crítica são tanto mais compreensíveis quando atentamos para as condições bastante adversas à impressão de livros que vigiam no país em sua época, tais como, o analfabetismo em massa, a incapacidade de produzir papel barato, o advento de novas técnicas de impressão e navegação.

Em 1869 havia no Brasil inteiro uma população livre de 7.720.000 habitantes em que apenas 115.000 tinham o curso primário (0,014%) e 8.600 o curso secundário (0,0011%). Tais números indicam a existência de um mercado leitor incapaz de estimular uma indústria gráfica incipiente, às voltas com as dificuldades de produzir matéria prima, equipamento e pessoal especializado. A estes percalços somavam-se ainda as flutuações no preço internacional do papel, ora tão baixo que tornava o livro europeu mais competitivo, frustrando com isso as tentativas de estabelecer uma indústria nacional, ora tão alto que provocava sua escassez de ambos os lados do Atlântico. Grandes baixas, como a que ocorreu em 1844-1860, tornavam mais lucrativo importar livros traduzidos do que produzi-los localmente (Hallewell, 1985).

Durante algum tempo, os editores tentaram contornar o problema do preço alto do papel importado, utilizando o tempo ocioso das impressoras de jornais para produzir seus livros. Mas, a partir de 1843, a invenção de impressoras rotativas capazes de produzir grandes tiragens de jornais a baixo custo, mas incapazes de produzir livros, inviabilizou o expediente encontrado pelos editores para baratear seus custos.

Parte do mesmo quadro de inovações técnicas, o advento de navios mais velozes na rota Europa-Brasil também contribuiu para facilitar a importação e distribuição de produtos europeus por todo o país, inclusive de livros traduzidos, pois o governo brasileiro concedera às linhas européias o direito de explorar a cabotagem entre os estados brasileiros.

Todos esses obstáculos se somaram para impedir o desenvolvimento de uma indústria livreira e acabou promovendo, no século XIX, o florescimento de duas modalidades de tradução que independiam do livro: a tradução de folhetins franceses publicados no rodapé dos jornais, apenas quinze dias depois de sua publicação em Paris; e a tradução de peças teatrais francesas (ou de outras nacionalidades traduzidas através do francês), espanholas e italianas.

Por dominarem a cena brasileira, essas peças acabaram por se revestir de uma importância muito maior do que teriam em um país produtor de livros, qual seja a de fomentar o desenvolvimento de uma língua e de uma literatura nacionais. Infelizmente, elas eram traduzidas em grande número e com grande urgência, porque o público que freqüentava os teatros, associações de amadores e saraus era pequeno - a população global do país era pequena - o que obrigava empresários e amadores a substituírem as peças continuamente, sem muito ensaio nem grande cuidado com a sua tradução - “tarefa de que se incumbia qualquer bípede que entendesse de letra redonda”, segundo Machado de Assis, que denunciou em *Instinto de Nacionalidade*:

O teatro tornou-se uma escola de aclimação intelectual para que se transplantaram as concepções de estranhas atmosferas, de céus remotos. A missão nacional, renegou-a ele em seu caminhar na civilização; não tem cunho local; reflete as sociedades estranhas, vai ao impulso de revoluções alheias à sociedade que representa, presbita da arte que não enxerga o que se move debaixo das mãos.

Nessa grande e apressada produção intervinha a censura exercida pelos pareceristas do Conservatório Dramático Brasileiro, cujas regras para censurar e julgar as peças que iriam à cena se fundavam na castidade da linguagem, e (n)aquela parte que é relativa à Ortoépia ...”

O parecer citado por Ribeiro (1989), e que transcrevemos abaixo, ilustra com eloquência a visão que Machado de Assis tinha da tradução, da missão do crítico e das traduções que eram correntes em sua época⁴.

Uma simples e ligeira comparação entre o original e a tradução que tenho presente basta para ver quanto esta é infiel, e como o tradutor suprimiu as dificuldades que não pôde vencer. Assim, vemos que a palavra Dandi (sic) está traduzida pela palavra garoto, e que as cenas alusivas a (sic) esse dito e a presumida posição de “Caussade” se acham despiadadamente mutiladas. Em geral a forma de expressão é toda francesa; o emprego dos pronomes que é da índole daquela língua foi usado e abusado pelo tradutor. Encontram-se a cada passo frases desta ordem: - e criou-o de maneira que lhe provasse que não é necessário dever-se o ser a um homem para ser-se seu filho.

Por último, assinalarei a introdução de um termo novo na língua: eficacidade! Parece que o tradutor ignora que a palavra *efficacité* traduz-se por *eficácia*. E se ignora tal, lamento que se haja abalanchado a fazer uma tradução.

Não resta muita d vida de que o tradutor de peças teatrais - fosse pela urgência com que traduzia fosse pelo conhecimento insuficiente do francês e do português, fosse ainda por descaso -, produzia textos que dificilmente se enquadrariam nas teorias de tradução que conhecemos. Seu modo de traduzir era muito diferente daquele que Venuti afirma ter sido adotado na Inglaterra, um modo duplamente infiel que não valorizava nem a cultura estrangeira nem a cultura nacional, na medida que se mostrava infiel às duas.

De sua parte, Machado de Assis defendia e impunha a produção de um texto fiel à cultura de chegada, necessariamente domesticado, atribuindo ao texto de partida o papel de fecundar a literatura brasileira em formação, nos moldes do que acontecera na Alemanha durante o Romantismo. E de forma bastante irônica isto realmente acontecia, pois as peças de maior sucesso durante o século XIX foram as paródias de peças estrangeiras - e que maior domesticação pode haver do que a paródia? Mas não era bem esse o gênero de teatro que Machado de Assis sonhava ver nascer no Brasil. Para ele “a influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr”.

Examinemos agora as críticas às traduções escritas cem anos mais tarde de 1944 a 1946, por Soares Moura em sua coluna domingueira, “À margem das traduções”, no Diário de Notícias do Rio de Janeiro. Hoje pouco conhecido, Soares de Moura foi tradutor e colaborador de jornais e revistas respeitado pela intelectualidade de seu tempo. Dele falaram elogiosamente Paulo Rónai, Augusto Meyer, Raul Lima, Guilherme de Figueiredo, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, o que nos leva a acreditar no valor de suas observações.

Escreveu ele durante a ditadura nacionalista de Getúlio Vargas, no auge do processo em que o Brasil agrícola se transformou em um país industrial. Dessa transformação fizeram parte várias iniciativas que contribuíram para a formação e consolidação de um parque livreiro, sustentado basicamente por livros didáticos e traduções.

A primeira dessas iniciativas foi a sistematização do ensino e a construção de escolas de modo a ampliar a oferta de matrículas e, com isso, o mercado de leitores em todo o país. Tal ampliação está intimamente ligada ao fomento da indústria de papel, como parte do programa econômico de substituição de importações - no caso, os livros didáticos e as traduções que até então eram importadas de Portugal.

Outra iniciativa positiva foi a elaboração de um projeto cultural para desenvolver a arquitetura, as artes plásticas, a música, a literatura, a pesquisa historiográfica, o que também contribuiu para manter as editoras de jornais, revistas e livros trabalhando em ritmo de país industrial.

Mas é possível que um dos principais incentivos à tradução tenha sido gerado por um acontecimento extremamente negativo: a decretação do Estado Novo e, com ele, a vigência da censura e da perseguição aos intelectuais que se opunham à ditadura, o que levou o parque editorial nascente a se voltar para a produção de títulos traduzidos e a reduzir o número de títulos nacionais; as traduções não somente dispensavam o adiantamento de direitos autorais a longo prazo, como também, pelo fato de serem previamente censuradas, eliminava o risco de apreensão e destruição das edições pela polícia federal.

Vista por outro prisma, a publicação de traduções tinha também o mérito de familiarizar autores e leitores com os últimos “ismos” lançados na Europa e nos Estados Unidos, bem como os expunham a culturas consideradas paradigmas de desenvolvimento em que havia, ou parecia haver, a sonhada liberdade de expressão.

Outro acontecimento decisivo foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial que dificultou o transporte marítimo de livros importados e obrigou as livrarias a se voltarem para as traduções locais.

Portanto, ao contrário das condições adversas que tiveram de enfrentar os editores ao tempo de Machado de Assis, em 1944-46 todas as condições políticas, econômicas e sociais favoreciam a produção de livros de autores didáticos, infanto-juvenis e estrangeiros. E, melhor do que no período analisado anteriormente, as traduções eram assinadas por escritores, aspirantes e consagrados, pouco passíveis de cometer infidelidades à gramática portuguesa - a não ser intencionalmente, como nos casos de Monteiro Lobato e Mário de Andrade que privilegiaram o português do Brasil sobre o português de Portugal.

O espantoso é que as críticas de traduções de Soares de Moura

não diferem muito daquelas de Machado de Assis cem anos antes: ele também acusa o tradutor, com frases bastante semelhantes às de Machado, de dupla infidelidade - infidelidade à língua de partida e infidelidade à língua de chegada.

O Sr. Lúcio Cardoso traduziu 'Pride and Prejudice', de Jane Austen. Pelo que vejo na página da guarda, o tradutor tem escrito várias novelas e é poeta. Mas, pela amostrinha modesta que ai vai, não se pode dizer que morra de amores pela correção gramatical. (...) Há na sua tradução algumas infidelidades patentes (...) Ora, não se concebe que uma pessoa, com sólido conhecimento do inglês, para meter-se a tradutor, não tenha reparado na existência de tais termos (os falsos amigos).

E, cem anos após Machado de Assis, ele ainda deplora a influência excessiva do francês sobre a nossa cultura, ilustrada pelo texto que se segue e confirmada pelos depoimentos de autores modernos como Monteiro Lobato e Gilberto Amado citados por Carelli (1952).

Por duas vezes o tradutor usa esta insólita expressão: 'fazer o seu possível' em vez de 'fazer o possível', que é como toda a gente diz. Aquilo é tradução servil de 'faire son possible'...

Ressaltemos que a forte influência da cultura francesa, que não era exercida apenas sobre a cultura brasileira mas a de todo o Novo Mundo, trazia em seu rastro o menor conhecimento do inglês, o que levava os intelectuais a darem preferência a fazer suas traduções através do francês. Daí a cincada de Godofredo Rangel, acima, e a de Genolino Amado, abaixo:

Segue-se ora uma 'gozadíssima' distração (para não dizer coisa pior) do tradutor. Reza o original: 'Over his steamed sole,

Gill tactfully explained, while Andrew battled with a chump chop, that the next meeting ...’ Ele as traduz assim: ‘enquanto Andrew enfrentava um chopp duplo’. (*A cidadela* de A. J. Cronin).

Mas, ao contrário de Machado de Assis, cuja teorização encontramos concentrada em ensaios como “Instinto de Nacionalidade”, a Soares expõe a sua visão de tradução, um pouco de cada vez, em suas colunas e em suas traduções, que não diferem muito do que dizia Paulo Rónai e outros intelectuais de sua época.

Traduzir bem um livro do princípio ao fim, isto é, transportar para o vernáculo, tanto quanto possível com fidelidade, o pensamento integral do autor, dando-lhe a feição própria à nossa língua, sem acentuados ressaibos da linguagem do original - eis aí um trabalho literário de costa acima e trabalho dos mais de maior mérito. O tradutor, o vero tradutor, tem de conhecer bem o duplo terreno onde pisa: manejar com segurança a língua nacional e estar perfeitamente em dia com o idioma estrangeiro, em todas as suas minúcias. (...) Mas um estudioso das duas línguas que se ponha a fazer um confronto, mesmo perfunctório, entre uma obra original e a sua adaptação vernácula, notará imediatamente falhas mais ou menos graves, saltos de algumas passagens, geralmente de difícil interpretação, e, ao lado de infidelidades palpáveis, certos torneios de linguagem, estranhos que traem um decalque servil da língua do original.

Contudo os pareceres de Machado de Assis e as críticas de Soares de Moura diferem em aspectos qualitativos fundamentais:

- (1) o objeto criticado por Machado de Assis é a linguagem falada; o de Moura, a linguagem escrita;
- (2) o parecer de Machado ficava restrito ao âmbito do

Conservatório e do meio teatral brasileiro, embora tivesse o poder de vetar a encenação das peças traduzidas; a coluna de Moura contava com o poder de divulgação de um importante veículo de massa;

(3) Machado tinha o poder de vetar, enquanto Moura criticava traduções após o seu lançamento o que não interferia com a sua vendagem.

Mesmo assim a coluna de Soares de Moura produzia grande impacto, conforme nos conta, vinte anos depois, Guilherme de Figueiredo em artigo publicado na Última Hora.

... E os arraias editoriais se abalaram, foram procurar Orlando Dantas, o proprietário do jornal, e reclamar que assim já era demais, nem se podia traduzir em paz, veja o que ele nos faz etc.

Não foram, porém, apenas os arraias editoriais que se abalaram. Manifestaram-se contra a supressão da coluna um número expressivo de intelectuais brasileiros do porte de Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, e o próprio Guilherme Figueiredo. Creio mesmo que a discussão sobre a correção de traduções e as farpas trocadas publicamente pelos escritores-tradutores famosos por conta de suas “cincadas” preenchiam, de certa forma, o vazio produzido na vida intelectual do país pela censura do Estado Novo.

Monteiro Lobato, por exemplo, confessa a Godofredo Rangel em *A Barca de Gleyre*, que passou meia hora contemplando as barras da cela em que estava preso, tentando descobrir como Agripino Grieco podia ter confundido “pira funerária” com “carniceiro” em sua tradução de um livro de Rudyard Kipling. Gastou esse tempo para se vingar da mania que tinha Grieco de pinçar erros nas traduções dos outros, mas durante essa meia hora ele teve como se abstrair dos problemas que o mantinham na prisão.

Permanece contudo o fato de que nos dois períodos examinados,

separados por cem anos e por condições políticas, econômicas e sociais muito diversas, a única constante foram as críticas negativas às traduções brasileiras e à sua dupla infidelidade à língua de partida e à língua de chegada.

Seria, no entanto, leviano afirmar que isto configuraria o modo de traduzir brasileiro dos períodos descritos, sem antes analisar todo o material sobre traduções de que dispomos e o que dizem os próprios escritores, *doublés* de tradutores, a respeito do seu trabalho em prefácios e artigos em jornais e revistas literárias. Mas fica aqui registrada a discrepância entre o modo de traduzir adotado pelos escritores ingleses em sua fase imperialista com relação às traduções - um modo que privilegiava a língua de chegada, protegendo-a dos estrangeirismos - e o que parece ter sido durante cem anos um modo de traduzir brasileiro, que não privilegiava nem uma nem outra.

Notas

1. Sobre o problema das hegemonias francesa e norte-americana na cultura brasileira ver “Uma Perspectiva Multidisciplinar da Tradução no Brasil” In, Marcia A.P., org. *Tradução e interdisciplinariade*. Rio de Janeiro: Lucerna 1999., pp. 96-104.
2. Para uma breve notícia sobre o papel da tradução nos movimentos nacionalistas da França e da Alemanha ver os verbetes específicos na *Encyclopedia of Translation Studies*, ed. Mona Baker. London: Routledge, 1998, pp. 418-426 e 409-416.
3. A preocupação com a língua falada e escrita no Brasil é uma constante no projeto machadiano para a construção de uma literatura nacional, em que ele indaga sobre os possíveis procedimentos discursivos que pudessem estabelecer uma base para um nacionalismo literário tropical irremediavelmente consciente de sua dependência em relação ao mundo europeu enquanto centro de cultura. Para uma discussão

desse projeto no que diz respeito à tradução, ver Bellei, Sergio Luiz. “O Corvo Tropical de Machado de Assis” In: *Tradução: teoria e prática*, org. Malcolm Coulthard. Florianópolis, SC: UFSC, 1991, pp 155-170.

4. Ribeiro, Maria Augusta H. W. *Machado de Assis, um teatro de figuras controversas*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, 1989, pp 311-2.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado de. “Crítica” . In: *Obra completa*, org. Afanio Coutinho. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959.

ASSIS, Machado de. “Instinto de Nacionalidade”. In: *Crítica Literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938, pp. 133-154.

BAKER, Mona (org.). *Encyclopedia of Translation Studies*, org. Mona Baker. Londres, GB: Routledge, 1998.

BELLEI, Sergio Luiz. “O Corvo Tropical de Machado de Assis”. In: Coulthard, Malcolm, org. *Tradução: teoria e prática*. Florianópolis, SC: UFSC, 1991.

CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas*. Campinas, SP. Papyrus, 1994.

FIGUEIREDO, Guilherme. Traduções, sua vítimas e heróis, Última Hora, 15.05. 1975.

GONÇALVES, Augusto de Freitas Lopes. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. Trad. Maria da Penha Villalobos et al. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, pp. 176, 286, 151, 155.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1956, 2º tomo, pp. 334-338.

_____. “Traduções”, *Correio do Povo*, 2.12, 1933.

MOURA, Agenor Soares de. “À Margem das Traduções”. *Diário de Notícias*, 1944-46.

RIBEIRO, M. Augusta H. W. *Machado de Assis: um teatro de figuras controversas*. São Paulo: ECA-USP, 1989.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility*. New York: Routledge, 1995.

WYLER, Lia. C. C. A. “Uma perspectiva multidisciplinar da tradução no Brasil”. In: *Tradução e multidisciplinaridade*, org. Martins, Marcia A.P. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.